

ARTIGO ORIGINAL

A ATUAÇÃO DO PROGRAMA NOSSOCRÉDITO NO DESENVOLVIMENTO DOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES NO MUNICÍPIO DE CARIACICA

Nakcielle Medeiros Rodrigues¹

Faculdade Espírito-Santense (FAESA), Cariacica/ES- Brasil

Ruana Ramalho Stelzer Guedes²

Faculdade Espírito-Santense (FAESA), Cariacica/ES- Brasil

Leandro de Souza Lino³

Faculdade Espírito-Santense (FAESA), Cariacica/ES- Brasil

RESUMO – A atuação do programa NOSSOCRÉDITO no desenvolvimento dos micro e pequenos empreendedores no município de Cariacica. Os programas de microcrédito vêm sendo cada vez mais utilizados como políticas públicas. Tais programas contribuem com empreendedores através da disponibilização de pequenos créditos para investimentos em atividades que geram emprego e renda. Sendo assim, esta pesquisa visa identificar o papel de atuação do programa de microcrédito, o NOSSOCRÉDITO, para o desenvolvimento dos micro e pequenos negócios. O estudo de caso fundamenta-se em referenciais literários sobre microcrédito, empreendedorismo e geração de emprego e renda, com base no perfil das operações realizadas pelo programa NOSSOCRÉDITO nos anos de 2011 a 2013, sendo que os dados foram coletados no segundo semestre de 2014, através de dados secundários fornecidos pela agência do programa em Cariacica. O tratamento de dados foi realizado através de análise quantitativa. Os resultados apontam que o programa de microcrédito, alvo deste artigo, ocupa um papel significativo para o crescimento da economia no município estudado e contribui positivamente para a permanência e o desenvolvimento dos micro e pequenos negócios da região.

Palavras-Chave: Empreendedorismo; Emprego; Renda; Microcrédito.

ABSTRACT - The program of action *Nossocrédito* in the development of micro and small entrepreneurs in the city of Cariacica. Microcredit programs have been increasingly used as public policy. Such programs contribute entrepreneurs by providing small loans for investments in activities that generate employment and income. Thus, this research aims to identify the role of microcredit program of action, the Nossocrédito, for the development of micro and small businesses. The case study is based on literary references about microfinance, entrepreneurship and job creation and income, based on the profile of the operations performed by Nossocrédito program in the years 2011 to 2013, and the data were collected in the second half of 2014, through secondary data provided by the program agency in Cariacica. Data processing was performed by quantitative analysis. The results show that the micro-credit scheme aim of this article, occupies a significant role in economic growth in the city studied and contributes positively to the permanence and the development of micro and small businesses in the region.

Keywords: Entrepreneurship. Employment. Income. Microcredit.

¹ Graduanda em Administração de Empresas – Faculdade Espírito-Santense.

² Graduandas em Administração de Empresas – Faculdade Espírito-Santense.

³ Mestre em Economia aplicada – Esalq/USP.

1 INTRODUÇÃO

Assim como iniciativas empreendedoras são essenciais para a abertura e permanência de negócios, o microcrédito surge como forma de incentivar a sobrevivência destas atividades no país. Neste contexto, Dolabela (1999, p. 43) comenta que o empreendedorismo é “[...] utilizado para designar os estudos relativos ao empreendedor, seu perfil, suas origens, seu sistema de atividade, seu universo de atuação”. Os micro e pequenos empreendedores exercem diversos tipos de atividades econômicas e atuam de maneira a estimular a formalização através de legislações e benefícios para esta categoria, inclusive, um destes é o acesso ao crédito.

No Espírito Santo o incentivo aos pequenos negócios foi criado através de legislação estadual por meio de um programa de microcrédito, como política pública para atender às necessidades de crédito dos micro e pequenos empreendedores formais e informais, com o objetivo de contribuir com a geração de emprego e renda para o estado.

Como forma de investigação do assunto, que é tema desta pesquisa, foi desenvolvida a seguinte pergunta: Qual o perfil dos atendimentos realizados pelo programa NOSSOCRÉDITO aos micro e pequenos empreendedores no município de Cariacica?

Para responder à problemática de pesquisa, o objetivo central do trabalho será identificar o perfil dos atendimentos realizados pelo programa NOSSOCRÉDITO aos micro e pequenos empreendedores no município de Cariacica, tendo como objetivos específicos descrever o perfil das pessoas físicas e/ou jurídicas que aderiram ao crédito, identificar o grau de formalização das operações de crédito realizadas e as atividades com maior demanda para o programa através do crédito concedido aos empreendedores do município.

A pesquisa é importante para a sociedade, visto a pertinência do programa de crédito para desenvolver os pequenos negócios que mantêm a geração de emprego

e renda crescente no município através dos investimentos em abertura e ampliação de negócios e movimentação da economia local. Para a formação acadêmica, é interessante conhecer o motivo pelo qual as empresas necessitam de crédito em Cariacica. Quanto à formação pessoal, esse trabalho permite conhecer a atuação do crédito relacionada ao desenvolvimento de pessoas e negócios empreendedores neste município.

2 EMPREENDEDORISMO

Na atualidade o conceito de empreendedorismo tem sido cada vez mais difundido na sociedade, proporcionando o aumento das oportunidades para abertura de pequenos negócios formais e informais, a partir de legislações e regulamentações que facilitam acesso dos empreendedores para a concretização de negócios.

Das características que compõem o perfil empreendedor descrito por Bernardi (2011, p. 64) as que mais se destacam são: a independência, o senso de oportunidade, a criatividade e a habilidade de equilibrar “sonho” e realização. As pessoas empreendedoras têm a tendência de serem mais suscetíveis a assumir riscos quando põe suas ideias em prática.

Para abrir seu próprio negócio, os empreendedores contam com vários fatores motivacionais, aos quais Degen (1989, p. 15; 49) se refere como vontade de ganhar muito dinheiro, desejo de sair da rotina, vontade de ser seu próprio patrão, necessidade de provar a si e aos outros de que é capaz de realizar um empreendimento e o desejo de desenvolver algo que traga benefícios, não só para si, mas para a sociedade. O empreendedor acredita na ideia do seu negócio e assume riscos para alcançar seus objetivos e torná-los realidade. Porém, seus esforços, encontram barreiras nas dificuldades de entrar ou continuar, por diversos motivos, tais como falta de capital, conhecimento, marketing, matérias-primas, custos de produção baixos, legais e localização. Desta forma, o capital é um dos fatores que dificultam o surgimento das atividades dos empreendedores. Os programas de microcrédito proporcionam maior acessibilidade à geração dos pequenos negócios e, conseqüentemente, à geração de emprego e renda.

Muitos empreendedores não têm conhecimento dos benefícios da formalização dos negócios. E esta condição também impede o crescimento das atividades que eles desempenham, e dificulta sua permanência no mercado.

2.1 PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO DOS MICRO E PEQUENOS NEGÓCIOS

O processo de formalização consiste na regularização do empresário como pessoa jurídica, saindo, então, da condição de informalidade. No que tange ao processo de informalidade, Lima citado por Siqueira, Rocha e Telles (2010, p. 4) indica que tal pode ser definida como o “trabalho não regulamentado e localizado de forma majoritária em setores de baixa produtividade e rentabilidade como pequena produção familiar, atividades comerciais ambulantes e outras voltadas à subsistência”.

No entanto, em relação aos empregadores, parcela significativa que não possua registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), deve, portanto, ser considerada informal (MONTE; ARAÚJO; LIMA, 2005, p. 6). Desta forma, ao deixar a situação de informalidade, o empreendedor constitui uma nova pessoa (jurídica), que terá suas próprias obrigações e direitos. Logo, o empreendedor atinge esta condição na criação da empresa. Esta, por sua vez, é definida por Sandroni (2001, p. 203) como uma organização que se destina à produção e/ou ao comércio de bens ou serviço, com a finalidade de lucro. Portanto, a empresa é a formalização das atividades do empresário, o qual passa a desempenhar seu trabalho como pessoa jurídica, visando o lucro e o crescimento de sua organização.

Para estimular a formalização dos negócios no Brasil, o governo criou no ano de 2006, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas de todo o país através da instituição da Lei Complementar 123/2006, sancionada em 14 de Dezembro de 2006 (CARIACICA, 2011, p. 61). Esta lei criou diversos benefícios tributários e não tributários específicos para este tipo de empresa. Entre estes benefícios, os classificados como não tributários foram a simplificação na abertura, funcionamento

e fechamento de empresas, preferência nas compras públicas, dispensa de certas obrigações trabalhistas, fiscalização orientadora, incentivo ao associativismo, estímulo ao crédito e capitalização, estímulo à inovação e ao empreendedor individual e acesso à justiça. Já o benefício tributário foi concedido através do regime unificado de tributação denominado Simples Nacional (BRASIL, 2006).

Em Cariacica houve o pioneirismo acerca de legislação municipal a respeito dos benefícios da formalização, sendo o município o primeiro a criar a Lei Municipal Geral para Micro e Pequenas Empresas do país, por meio da lei 4.459 de 26 de dezembro de 2006. Além disto, para auxiliar os empreendedores, foi criado o CIAMPE – Centro Integrado de Apoio à Micro e Pequena Empresa, que fornece suporte aos empreendedores com o intuito de diminuir a burocracia para a abertura de empresas, a partir de um atendimento personalizado (CARIACICA, 2011, p. 61).

Ainda a respeito de legislação, foi criada em 2008 a Lei do MEI⁴ (BRASIL, 2008). Esta lei trata das normatizações específicas para este tipo de pessoa jurídica e é também um incentivo à formalização das atividades, pois instituem benefícios como o acesso ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, que permite abrir conta em instituições bancárias, pedir empréstimos e contribuir com a previdência social. Essa formalização oferece ao empreendedor, além de estar enquadrado no Simples Nacional, ficar isento de impostos federais como o IR e o PIS, e ter direito a alvará sanitário gratuito e a não obrigatoriedade de emissão de nota fiscal para pessoas físicas (CARIACICA, 2011, p. 61).

De acordo com o Portal do Empreendedor (2014), Micro Empreendedores Individuais (MEIs) referem-se às empresas que tenham auferido receita bruta, no ano anterior de até R\$ 60.000,00 (ou seja, R\$ 5.000,00 mensais), que sejam optantes pelo Simples Nacional, tenham até um empregado, não possuam mais de um estabelecimento e possuam atividades permitidas aos MEIs. Já as MEs referem-se às empresas que tenham auferido faturamento anual de até R\$ 360 mil, enquanto EPP relaciona-se as que tiveram faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões. Esta classificação permite aos empreendedores se formalizarem em

⁴ A Lei Federal Complementar no128 de 19/01/2008 instituiu as normatizações a respeito da pessoa jurídica denominada como MEI.

condições especiais pelos governos, com benefícios que facilitam a sua gestão e obtenção de conhecimento para administrar seu negócio, assim como também a divisão por faturamento que agrupa as empresas com mesmas características que irão usufruir dos benefícios da legislação instituída. Apesar de que a formalização é um estímulo para os empreendedores por conta dos benefícios que ela oferece, diversos ainda atuam de maneira informal, executando as mais diferenciadas atividades econômicas.

2.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS DOS MICRO E PEQUENOS NEGÓCIOS

São várias as atividades econômicas desenvolvidas por pessoas e empresas em todo o país. Para diferenciar as atividades existe a Classificação Nacional das Atividades Econômicas – CNAE 2.0, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), dentre as quais se encontram as que são objetos de estudo desta pesquisa. Sendo estas o comércio, serviços e produção⁵ (pequenas atividades industriais), esse trabalho apresenta o conceito e as características das mesmas para fundamentar as pesquisas a serem realizadas.

Sandroni expõe seu conceito de comércio como sendo a “troca de valores ou produtos”, o comércio tem como característica a troca de objetos ou valores que sejam satisfatórios para ambos; porém, visando o ganho ou a agregação de valor. Conforme dito por Sandroni (2001, p. 110), o comércio tem a seguinte definição:

Troca de valores ou de produtos, visando ao lucro. Os atos de comércio promovem a transferência de mercadorias entre os indivíduos, deslocando-os de regiões onde são abundantes para outras onde não existem em quantidade suficiente para satisfazer o consumo.

Ainda a respeito do conceito de comércio, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2014) o determina como sendo “[...] atividades de compra e

⁵ Produção: denominação do Nossocrédito para atividades de transformação, semelhantes à indústria, em pequena escala, como salgadeira, boleira etc.

venda de mercadorias, sem transformação significativa, inclusive quando realizadas sob contrato”.

Já o “conjunto de atividades produtivas que se caracterizam pela transformação de matérias-primas” em mercadorias, tanto de maneira manual ou com auxílio de máquinas e ferramentas, seja como artesanato voltado para o consumo próprio ou para a moderna produção de tecnologia, de uma maneira bem ampla, entende-se como indústria (SANDRONI 2001, p. 299). Sendo assim, a indústria ou produção se caracteriza por envolver um conjunto de atividades que visa à modificação de insumos ou matéria-prima, feita de forma mecanizada ou manual, num produto final, pronto para venda.

De acordo com Sandroni (2001, p. 553), o conjunto das atividades que são desenvolvidas nos centros urbanos e diferem das atividades industriais e agropecuárias, como os transportes, a publicidade, a computação, as telecomunicações, a educação, a saúde, a recreação, a área financeira e de seguros e a administração pública é denominado serviço. Uma das características mais relevantes do serviço é a intangibilidade, ou seja, não é possível tocá-lo e sim perceber o que ele pode proporcionar ao cliente. Tanto exercendo estas atividades ou as demais existentes, o empreendedor desenvolve a si e o meio onde ele está inserido, propiciando o aumento da renda e geração de postos de trabalho.

2.3 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Um dos principais pontos a ser trabalhados para a geração de emprego e renda é a diminuição da pobreza. Medidas de curto prazo não são necessariamente eficazes, pois é preciso um planejamento de longo prazo para que se obtenham resultados satisfatórios. Por isso é importante ter funcionários engajados durante todo o processo de implantação de um programa que atue neste sentido (YUNUS; JOLIS, 2003, p. 133).

Os programas voltados para a geração de emprego e renda tendem a estimular o desenvolvimento dos micro e pequenos negócios locais, pois a partir destes é

possível aumentar a renda das pessoas com escassez de recursos. Estatisticamente, mesmo nos países desenvolvidos, os pequenos negócios movimentam grande parte da economia ou, até mesmo, sua maioria (TEIXEIRA, 2002, p. 73). Este tipo de negócios promove a diminuição das desigualdades de renda, uma vez que estimulam as pessoas com baixa renda a exercer atividades que lhe propiciem desenvolvimento a partir de uma ocupação ou negócio próprio.

O município de Cariacica tem grande incidência de micro e pequenos negócios. Das empresas cadastradas entre 2005 a 2012, foram classificadas como Empreendedor Individual (EI) e Microempresa (ME) 83,2% do total das empresas (CARIACICA, 2012, p. 74). Em 2013, as Micro e Pequenas Empresas nas atividades da indústria, do comércio e dos serviços, totalizaram 4.852 empresas e foram responsáveis por gerar 28.575 empregos. Cabe destacar que estes resultados correspondem a 97,3% do total de empresas e a 51,4% do total de empregos formais, destas três atividades, no município de Cariacica, no respectivo ano, conforme também demonstra donos Anexo E e F (MTE, 2014b).

A renda de uma pessoa pode ser determinada como “[...] aquela recebida pelo indivíduo em forma de salário, lucro, juro, aluguel, arrendamento ou remuneração por serviços prestados” (SANDRONI, 2001, p. 524). Yunus e Jolis (2003, p. 267) dizem que “[...] o microcrédito levará a dar partida nos minúsculos motores econômicos da classe rejeitada da sociedade e com isso pode preparar o terreno para projetos mais amplos”, tendo em vista o aumento da renda advindo destes programas. Desta forma surgem programas de microcrédito, como um facilitador de adesão ao crédito, destinado a micro e pequenos empreendedores, estimulando tanto o aumento de renda quanto ao desenvolvimento de pequenos negócios no município.

3 O MICROCRÉDITO

A primeira experiência de microcrédito conhecida foi realizada em Bangladesh, com a iniciativa do professor de economia da universidade de Chittagong, Muhammad Yunus, com a criação do *Grameen Bank* ou o Banco dos Pobres, que iniciou suas

atividades com o projeto de microcrédito que veio a se tornar um banco privado de autoassistências (YUNUS; JOLIS, 2003, p. 261). O projeto do professor Yunus promoveu a diminuição da pobreza nas regiões onde foi aplicado e tornou-se um exemplo para as economias do mundo moderno.

No Brasil o mercado de microcrédito tem aumentado principalmente para atender os micro e pequenos empreendedores, seja para a abertura ou ampliação do negócio. Estes tipos de programas oferecem crédito de baixo valor, utilizando metodologia específica destinada para a produtividade (capital de giro e investimento) de pequenos empreendedores informais e formais que não possuem acessibilidade junto ao sistema financeiro tradicional (BARONE et al, 2002, p. 11).

No dia 1º de setembro de 2003 foi aprovada a Lei nº. 10.735, que tinha como principal função a viabilização da inclusão bancária de milhares de correntistas de baixa renda. A instituição do microcrédito no país, porém, deu-se em 29 de novembro de 2004, com a edição da Medida Provisória 226, convertida posteriormente na lei 11.110 de 25 de abril de 2005, e o Decreto nº. 5.288 de 29 de novembro de 2004, ambos do Governo Federal, que regulamentam o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO (BRASIL, 2003; BRASIL, 2004a; BRASIL, 2004b; BRASIL, 2005).

O Programa Estadual de Microcrédito do Espírito Santo foi criado pelo Governo do Estado através do Decreto 1.203-R, no ano de 2003 em 26 de agosto, e chamado de *Nossocrédito*, com o intuito de atuar como uma política pública para a geração de emprego e renda no estado (GIUBERTI, 2008, p. 24). Os investimentos realizados pelos programas de microcrédito são para atividades produtivas destinadas a geração de emprego e renda para empreendedores informais e micro e pequenas empresas.

Conforme o Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo (BANDES), entre os fatores que se pode identificar em meio aos tomadores de microcrédito são o “[...] aumento da renda familiar, criação e manutenção de postos de trabalho e circulação de recursos financeiros dentro dos próprios municípios dos clientes

atendidos pelo programa, fazendo girar a economia local com ganhos coletivos” (2013, p. 11).

A respeito da influência do microcrédito à sociedade, Yunus e Jolis (2006, p. 191) afirmam:

As pessoas sempre ficam espantadas ao constatar como o microcrédito funciona quase espontaneamente: assim como um grande investimento gera dividendos, uma entrada de dinheiro, por modesta que seja, estimula a criatividade e o dinamismo econômico. Graças ao microcrédito, os povos podem conjugar seu capital humano e seu capital monetário para melhorar as condições de vida e o mundo que os cerca.

Com base nesta afirmação, é possível constatar que o microcrédito sustenta, não só o desenvolvimento do seu próprio tomador, mas também o desenvolvimento da economia local, gerando melhorias do ambiente que cerca os indivíduos, propiciando as mais satisfatórias condições de vivência neste meio.

4 METODOLOGIA

A pesquisa realizada classifica-se quanto aos objetivos e os fins como descritiva. Já quanto ao meio de investigação, a pesquisa será realizada por meio de estudo de caso, descrito como um procedimento passível de ser aplicado a uma ou poucas unidades e tem caráter de profundidade e detalhamento (VERGARA, 2011, p. 44). A coleta de dados foi feita através de pesquisa bibliográfica e com base em dados secundários fornecidos pela agência do programa em Cariacica e entrevista qualitativa realizada com o Coordenador Estadual do Programa NOSSOCRÉDITO.

A metodologia empregada quanto à análise dos dados foi quantitativa com base no perfil das operações realizadas pelo programa NOSSOCRÉDITO nos anos de 2011 a 2013 com a pesquisa realizada no segundo semestre de 2014.

5 ESTUDO DE CASO

O presente estudo de caso trata do programa de microcrédito NOSSOCRÉDITO, contendo informações de seu desempenho operacional para o município de Cariacica, que serviram como base para esta pesquisa. Para tanto, inicialmente será realizada uma breve descrição do programa, para em sequência, tratar das questões pertinentes ao perfil e às características dos tomadores de crédito no município.

5.1 O MICROCRÉDITO NO ESPÍRITO SANTO

Conforme dito em Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Espírito Santo (SEBRAE), para atender a pessoas com talento e habilidades, de origem das camadas mais carentes da população, em muitos casos beneficiários de programas sociais e/ou empreendedores de micro e pequenos negócios, foi criado um instrumento de inclusão social formado por um programa de microcrédito no estado (2009, p. 26). O programa de microcrédito *Nossocrédito* foi criado pelo Governo do Estado do Espírito Santo por meio do Decreto 1.203-R datado de 26 de agosto de 2003, para atuar como uma política pública para a geração de emprego e renda no estado (BANDES, 2013, p. 24).

A implantação do programa foi viabilizada através de parceria entre diversos órgãos. Secretaria Estadual do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento social – SETADES, que elaborou estratégias e compartilhou a visão global das necessidades do Estado; Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo – BANDES, pelos recursos disponibilizados; Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES, pela otimização dos processos e as prefeituras municipais conveniadas (SEBRAE-ES, 2009, p. 31).

Na criação do programa foram abertas as primeiras agências em quatro cidades piloto: Viana, Cachoeiro de Itapemirim, Nova Venécia e Presidente Kennedy. A agência do município de Cariacica foi aberta no ano de 2005 e desde então vem atuando para aumentar a geração de emprego e renda no município (BANDES,

2014⁶). A cidade de Cariacica foi escolhida para o presente estudo por ser uma região que estimula o desenvolvimento dos pequenos negócios e a capacitação de empreendedores, além de ser o município onde se encontra a instituição na qual as autoras são acadêmicas. Para dar entrada na solicitação do crédito, captamos algumas informações presentes nos Anexos H, I, J, K, L.

5.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO NOSSOCRÉDITO EM CARIACICA

No município de Cariacica, o programa NOSSOCRÉDITO foi incorporado no ano de 2005, e desde então, tem injetado mais de R\$ 11.000.000,00 na economia do município através dos investimentos realizados pelos clientes. Os dados da Tabela 01, demonstram que o financiamento anual vem crescendo ao longo do tempo, reforçando a atuação do programa na região.

TABELA01 – Histórico de quantidade de operações e valor financiado pelo NOSSOCRÉDITO para Cariacica

Ano	Quantidade de operações	Valor financiado
2005	57	R\$ 124.310,98
2006	270	R\$ 780.218,53
2007	278	R\$ 752.142,96
2008	193	R\$ 519.397,84
2009	181	R\$ 660.362,14
2010	200	R\$ 790.452,45
2011	315	R\$ 1.634.096,79
2012	480	R\$ 2.604.100,18
2013	441	R\$ 2.665.005,36
2014*	254	R\$ 1.167.487,93
Total acumulado	2.669	R\$ 11.697.575,16
TGCA 2005-2013**	22,70%	35,87%

Fonte: BANDES/GECOR/ NUPEM, 2003-2014.

Nota: *Dados no ano de 2014 com fechamento parcial do mês de agosto.

$$**TGCA = \frac{x_n - x_0}{x_0} \cdot i, \text{ em que } x_n \text{ é o último resultado, } x_0 \text{ o primeiro, e } i \text{ o tempo medido em anos.}$$

⁶ Entrevista com o coordenador do programa NOSSOCRÉDITO concedida a Nakcielle Medeiros Rodrigues, no dia 22 de agosto de 2014, nas dependências do Bandes.

No período estudado, entre 2011 e 2013, foram aprovadas 1.235 operações de crédito para o município de Cariacica, sendo um total de 315 para o ano de 2011, 480 para o ano de 2012 e 441 para o ano de 2013.

Através dos dados coletados, foram identificadas estatísticas quanto ao perfil dos empreendedores que aderiram ao crédito, como gênero, formalidade, tipo de atividade e renda e, ainda, informações a respeito das propostas aprovadas como a finalidade do investimento e o valor do crédito aprovado, que permitem investigar os objetivos propostos pela pesquisa.

Em observação às características de perfil dos tomadores de crédito, observou-se que, nos três anos analisados, o número de pessoas do sexo feminino que buscaram crédito foi maior que o do sexo masculino (Figura 1). Em todo o período estudado o volume de operações aprovadas foi maior para as mulheres que para os homens.

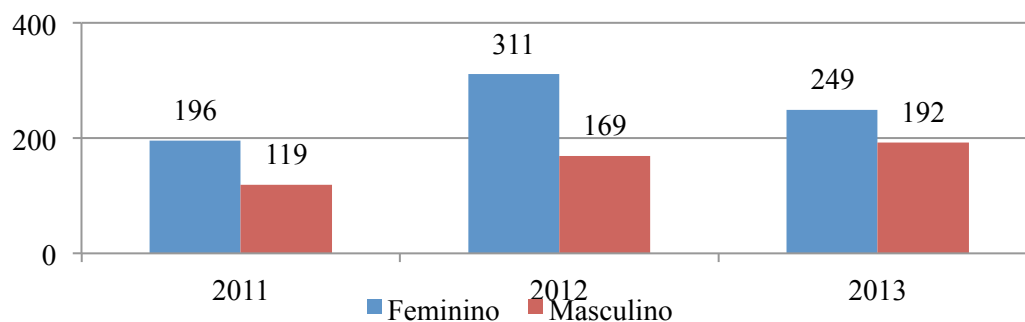


Figura 01 – Relação das operações de crédito aprovadas conforme gênero do cliente.
Fonte: BANDES/GECOR/ NUPEM, 2011-2013.

Em 2011, a quantidade de mulheres que tiveram operações de crédito aprovadas foi de 196, enquanto os homens foram responsáveis por 119 operações de crédito aprovadas. No ano de 2012, 311 operações foram para gênero feminino, e 169 aprovações para o masculino. E por fim, no ano de 2013, foram contabilizadas 249 operações aprovadas para o sexo feminino, já os homens obtiveram 192. Não foi relacionada a maior adesão por parte das mulheres empreendedoras ao programa NOSSOCRÉDITO com a quantidade de pessoas empreendedoras no município. Porém, quanto ao volume de atendimentos realizado por gênero, dados

do CIAMPE apontam que o número de empreendedores que procuram atendimento é maioria do sexo masculino (Anexo G).

A maior participação das mulheres na economia é relatada por Lages (2005, p. 1), que comenta que “o anseio por um projeto profissional e pela emancipação feminina, o desemprego do cônjuge ou a necessidade de aumentar a renda familiar têm levado a mulher para o mercado de trabalho”. Este estímulo para exercer uma ocupação faz com que as mulheres tendam a se lançar para diversas atividades, sejam elas assalariadas ou não, naquelas que lhes proporcionam tanto o aumento da renda ou o sustento das famílias, quanto à satisfação.

Em observação ao grau de formalização perante o estudo realizado, algumas características podem ser apontadas nas pessoas que aderiram ao NOSSOCRÉDITO, ou seja, a quantidade de pessoas formalizadas e não formalizadas, quando da contratação do crédito, como mostra a Figura 02, conforme descrito por Monte, Araújo e Lima (2005, p. 6) os empregadores informais que não possuam registro no CNPJ.

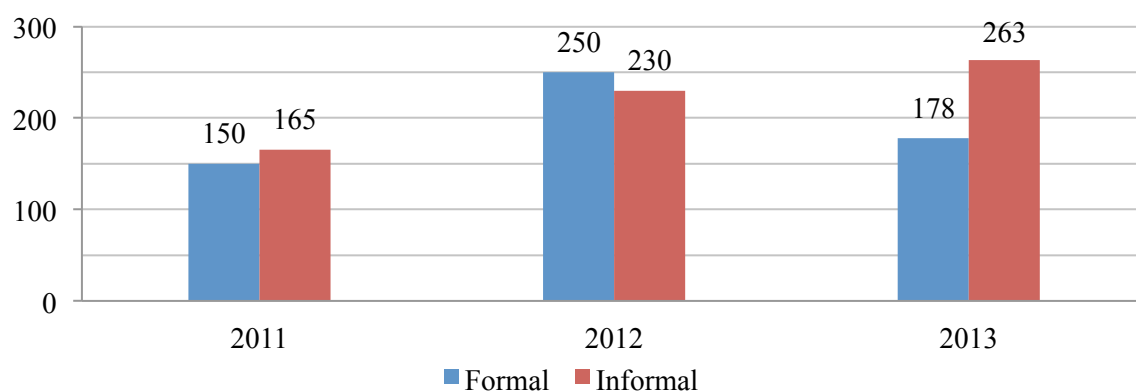


Figura 02 – Relação das operações de crédito aprovadas conforme setor do cliente.
Fonte: BANDES/GECOR/ NUPEM, 2011-2013.

Conforme é visto na Figura 02, em 2011, 150 operações aprovadas foram registradas para o setor formal e 165 para o setor informal. No ano seguinte foram 250 operações aprovadas para pessoas formais e 230 para informais. Nestes dois anos há um equilíbrio entre a quantidade de pessoais formais e informais que

tiveram o crédito aprovado. Nota-se que o número de operações de crédito para o setor formal foi superior às realizados para o setor informal apenas no ano de 2012. Já no ano de 2013, 178 operações foram aprovadas para pessoas formais contra 263 para pessoas informais, quando houve, então, o maior distanciamento entre os dois setores.

Nos anos analisados obteve-se um aumento contínuo do número de operações aprovadas para pessoas do setor informal. Isso pode ser explicado pelo fato de que a maioria das pessoas que buscam o microcrédito já praticam uma atividade, só que precisam de informação e capital para manter-se ou expandir o negócio e, em alguns casos, formalizar-se. Logo, recorrem ao microcrédito para diminuir a consequência da insuficiência de recursos para operacionalizar (SOUZA *apud* ANDRADE; BINOTTO; SIQUEIRA, 2011, p. 135). Já as pessoas formalizadas buscam crédito para dar manutenção em suas operações, reinvestir em seu negócio.

Ainda quanto à análise de resultados, cada indivíduo seja do sexo feminino ou masculino, informal ou formal, independentemente do ramo de atividade, quando busca o crédito, possui uma finalidade de emprego do capital adquirido, seja para compra de matérias-primas, equipamentos, abertura de um negócio ou de filiais, ou para aumentar suas operações. Pode-se relacionar a quantidade de operações aprovadas pelo programa com as modalidades de crédito oferecidas, sendo estas: investimento tipo giro, fixo ou misto, como mostra a Figura 03.

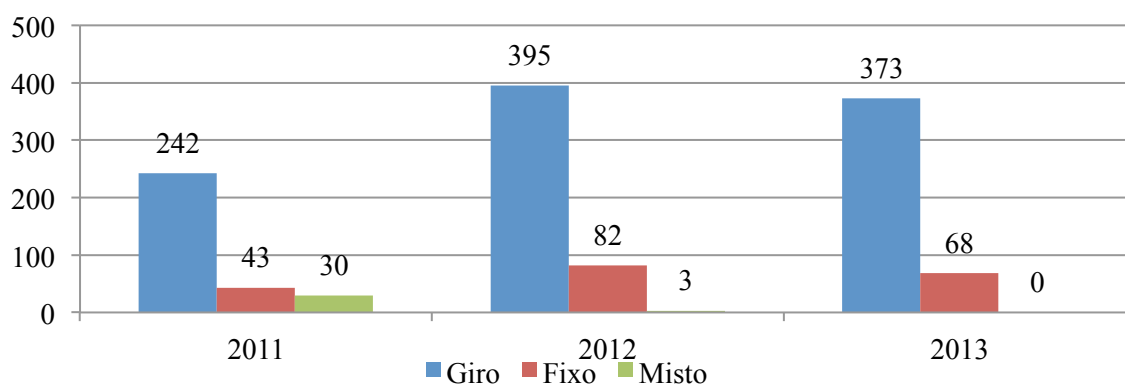


Figura 03 – Relação das operações de crédito aprovadas conforme finalidade do investimento⁷.
Fonte: BANDES/GECOR/ NUPEM, 2011-2013.

Nestes anos analisados, pode-se identificar que no ano de 2011 a opção investimento tipo giro foi maior, alcançando 242 operações de crédito, enquanto o fixo 43 e o misto 30. Já no ano de 2012, o investimento tipo giro ainda permanece maior, sendo considerada a principal finalidade de investimento quanto à procura pelas pessoas, atingindo 395 operações aprovadas, no fixo 82 e o misto somente 3 operações. Por fim, no ano de 2013 o investimento tipo giro soma 373 operações, enquanto o fixo 68, e não houve procura pelo tipo misto neste ano.

Assim quando a pessoa busca o crédito de acordo com a finalidade específica, o agente de crédito faz a negociação e posterior acompanhamento junto ao cliente, identificando a renda pessoal de cada indivíduo, para através desta informação fazer uma análise de crédito. Sendo então conceituada a renda pessoal como: “[...] aquela recebida pelo indivíduo em forma de salário, lucro, juro, aluguel, arrendamento ou remuneração por serviços prestados” (SANDRONI, 2001, p. 524).

Na Figura 04 observa-se que tanto pessoas informais ou formais executam algum tipo de ramo de atividade, podendo-se dividir em três ramos principais de atividade: comércio, serviço e produção encontrados no município de Cariacica.

⁷ Sendo dividido em três finalidades: giro (estoque de produtos e dinheiro disponível), fixo (a parte do capital utilizada em máquinas, equipamentos, instalações etc) e misto (composição de Giro e Fixo) (SANDRONI, 2001, p.79; 308).

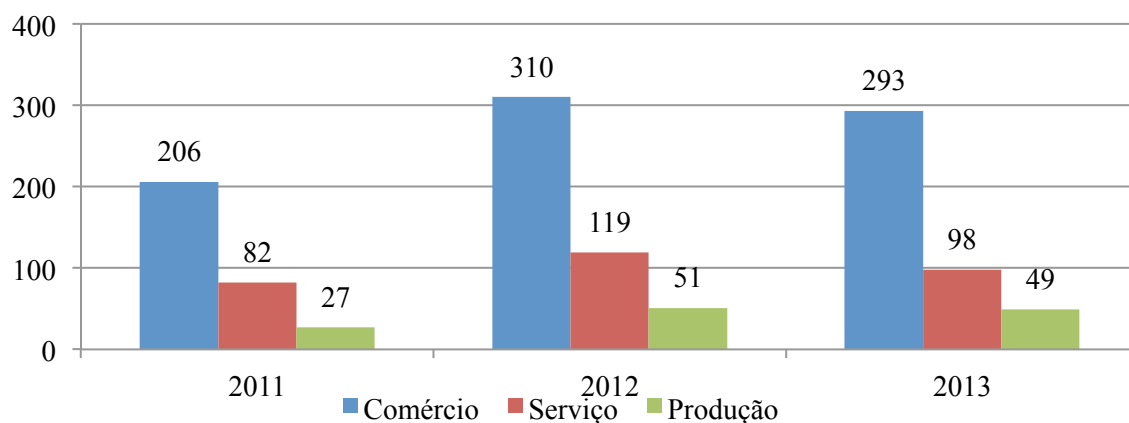


Figura 04 - Relação das operações de crédito aprovadas conforme tipo de atividade econômica.
Fonte: BANDES/GECOR/ NUPEM, 2011-2013.

Foi diagnosticado que a atividade mais influenciada pelo programa de crédito no município estudado é o comércio, depois o serviço e em último a produção. O comércio no ano de 2011 detém 206 operações de crédito aprovadas e/ou jurídicas que praticam a atividade; já em 2012, 310 operações e em 2013, 293. Enquanto o serviço, em 2011 aprovou 82 operações, em 2012, 119, e em 2013, 98 operações. Em relação, a produção, em 2011, 27 operações foram aprovadas para esta atividade, em 2012, 51 e, em 2013, deteve 49 operações aprovadas.

Cabe salientar que, de acordo com dados do MTE (2014b), durante o período avaliado, o setor de comércio foi o que deteve maior quantidade de empresas e de empregos formais no município de Cariacica.

Na Tabela 02, é descrita a renda dos tomadores de crédito com base no salário vigente nos anos de 2011, 2012 e 2013, em que se pode identificar entre faixas qual a quantidade de salários mínimos cada indivíduo é detentor no momento de adesão ao NOSSOCRÉDITO.

TABELA02 – Faixas de renda das operações de crédito aprovadas para todas as atividades

Renda (em salários mínimos)	2011	2012	2013
0 a 1	0	0	48
1 a 2	1	6	70
2 a 3	17	22	78
3 a 5	45	113	100
5 a 7	80	142	63
7 a 10	79	103	49
10 a 15	61	61	31

Renda (em salários mínimos)	2011	2012	2013
15 a 20	25	20	1
20 a 30	6	10	0
Mais de 30	1	3	0
Total	315	480	440

Fonte: BANDES/GECOR/ NUPEM, 2011-2013.

Nota: *Conforme salário mínimo vigente, sendo em 2011, igual a R\$ 545,00, em 2012 de R\$ 622,00 e em 2013, R\$ 678,00 (MTE, 2014a).

Conforme a Tabela 02, nota-se que no ano de 2011 a maior concentração de pessoas que buscaram crédito estão na faixa entre 5 a 7,7 a 10, 10 a 15 salários mínimos, que no ano de 2011 segundo o MTE (2014a) era de R\$ 545,00 (salário mínimo). Já no ano de 2012 a maior proporção foi coincidentemente nas mesmas faixas do ano de 2011, só diferenciando-se pelo valor salarial que neste período foi de R\$ 622,00. Por fim, no ano de 2013 a maior quantidade foi localizada nas faixas 1 a 2, 2 a 3, 3 a 5, que baseando no salário anual de R\$ 678,00, ficou entre R\$ 678,00 a R\$ 3.390,00.

O perfil de renda dos beneficiários do programa NOSSOCRÉDITO entre 2011 e 2013, foi dividido conforme atividade econômica que ele atuava na época da contratação do financiamento, como pode ser visualizado nas Tabelas 02, 03 e 04, no Anexo B.

Para a atividade de comércio, a maior concentração de renda das pessoas (físicas e jurídicas) que contraíram financiamento, conforme identificado no Anexo B, foi nas faixas de 7 a 10 salários mínimos em 2011, já em 2012 a faixa de maior aglomerado foi de 5 a 7 salários mínimos. No ano de 2013, a faixa com maior índice de financiamentos aprovados ficou de 3 a 5 salários mínimos. Com base nestas informações, é possível concluir que nos anos de 2012 e 2013 houve uma maior aprovação de financiamento para pessoas com menor renda, o que reforça o objetivo principal do programa de atender às pessoas com maior escassez de recursos, que é descrito por Barone et al (2002, p. 11) como “a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não

terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento fixo) e é concedido com o uso de metodologia específica”.

Em referência ao setor de serviços (Anexo C), no mesmo período estudado, de 2011 a 2013 para esta atividade que, no ano de 2011, com base ficou concentrada nas faixas de 5 a 7 e 7 a 10 salários mínimos. Em 2012, houve maior adesão para crédito pelos clientes com renda de 3 a 5 e 7 a 10 salários, seguidos pelos de 5 a 7. Nas operações realizadas em 2013, foram mais atendidas as pessoas da faixa de renda de 3 a 5 salários mínimos. Enquanto para a produção foram registrados um total de 127 operações para o período estudado, onde no ano de 2011 obteve 27 operações para esta atividade, em sua maioria por clientes da faixa de 5 a 7 salários, em 2012 a maioria esteve na faixa de 3 a 5 salários, já em 2013 o aglomerado foi maior na faixa de 2 a 3 salários, visto no Anexo D.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados apresentados pelo estudo realizado, pode-se concluir que o programa NOSSOCRÉDITO vem contribuindo ativamente com seu papel para o desenvolvimento das pessoas e a geração de emprego e renda no município de Cariacica. O histórico de quantidade de operações e valor financiado pelo NOSSOCRÉDITO para Cariacica aponta crescente adesão dos empreendedores ao programa. É importante frisar que, apesar de o número de operações de crédito aprovadas para o ano de 2013 ter reduzido em relação a 2012, o valor financiado continuou aumentando neste período, o que pode demonstrar que os clientes estão realizando menor quantidade de operações, porém com valores maiores.

Em referência aos beneficiados pelo programa quanto às operações de crédito aprovadas, é possível perceber a participação mais ativa das mulheres na carteira de clientes. Sua representação é expressiva durante todo o período estudado, configurando uma situação de grande favorecimento do programa às mulheres empreendedoras.

Durante a pesquisa observou-se também um aumento contínuo do número de operações aprovadas para pessoas do setor informal, isso pode ser explicado pelo fato de que as maiorias das pessoas que buscam o crédito já praticam uma atividade no mercado de maneira não regulamentada, ou gostariam de exercer uma atividade para geração de renda sem muita burocracia. Os empreendedores informais buscam crédito para iniciar as atividades ou para expandir seu negócio, enquanto os formalizados buscam crédito para dar manutenção em suas operações e reinvestir no próprio negócio.

Das empresas que exercem atividade no município estudado, há predominância pelo comércio, o que pode ser um dos motivos do maior volume das operações de crédito serem aprovadas para tal atividade. Já em relação à finalidade do investimento, a modalidade de capital de giro se destaca dentre todas as operações, que pode se configurar numa correlação entre a atividade e a finalidade do crédito. Apenas as operações da modalidade de giro para a atividade de comércio foram responsáveis por mais da metade do total de operações aprovadas para estes anos, o que significa que este segmento teve grande adesão pelos clientes e um papel de atuação do programa que, sem dúvida, estimulou-o ao desenvolvimento desses empreendedores.

A respeito da renda das pessoas atendidas pelo programa, na qual o valor de renda identificado para os tomadores de crédito foi menor, gradativamente, durante o período estudado, o que pode significar a adesão cada vez maior por parte das massas menos favorecidas.

Através das informações expostas por esta pesquisa, há sinalização de que o programa NOSSOCRÉDITO detém importante papel de atuação no desenvolvimento dos micro e pequenos empreendedores que compõem a economia do município. O programa, destinado aos micro e pequenos empreendedores, vem contribuindo ativamente para o fomento de seus beneficiados, proporcionando-lhes o aumento de sua renda e desenvolvendo a economia do município através dos investimentos realizados pelos tomadores de crédito.

7 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. L. **Comércio**: Perfil, reestruturação e tendências. Online. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v18n61/4702.pdf>>. Acesso em: 01. Out. 2014.
- ANDRADE, S. A.; BINOTTO, E.; SIQUEIRA, E. S. **Microcrédito produtivo nos negócios informais urbanos**: Contribuições e limites. Perspectivas Contemporâneas – Revista eletrônica de ciências sociais aplicadas. Campo Mourão: 2011. V.6, n.1, p. 131-160, jan./jun.
- BANDES. **NOSSOCRÉDITO 10 anos**: Memória, trajetória e visão de futuro. Cartilha. BANDES: 2013.
- BARONE et. al. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. Online. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf>>. Acesso em: 12. Mai. 2014.
- BERNARDI, L. A. **Manual de Empreendedorismo e gestão**: Fundamentos, estratégias e dinâmicas. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- BRASIL. **Lei Nº 10.735, de 1 de Setembro de 2003**. Online. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.735.htm> Acesso em: 25. Set. 2014.
- BRASIL. **Medida Provisória Nº 226, de 29 de Novembro de 2004**. Online. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/mpv/226.htm>. Acesso em: 24. Set. 2014.
- BRASIL. **Decreto Nº 5.288, de 29 de Novembro de 2004**. Online. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5288.htm> Acesso em: 24. Set. 2014.
- BRASIL. **Lei Nº 11.110, de 25 de Abril de 2005**. Online. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11110.htm>. Acesso em: 24. Set. 2014.
- BRASIL. **Lei Nº 123, de 14 de Dezembro de 2006**. Online. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm> Acesso em: 25. Set. 2014.
- BRASIL. **Lei Complementar Nº 128 de 19 de Janeiro de 2008**. Online. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm> Acesso em: 25. Set. 2014.
- CARIACICA. **Cariacica em Dados**. Cartilha. Cariacica: PMC, 2011.
- CARIACICA. **Cariacica em Dados**. Cartilha. Cariacica: PMC, 2012.
- DEGEN, R. **O empreendedor**: fundamentos da iniciativa empresarial. 8. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.
- DOLABELA, F. **Oficina do Empreendedor**: A metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. São Paulo: Cultura Editora Associados, 1999.
- GIUBERTI, I. F. R. **Programa NOSSOCRÉDITO**: uma análise do Processo de formulação e implementação da política de microcrédito do Estado do Espírito

Santo. Vitória. Dissertação de mestrado em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, 2008. Online. Disponível em:

<<http://web3.ufes.br/ppgps/sites/web3.ufes.br/ppgps/files/Programa%20Nossocredito.pdf>> Acesso em: 10. Mai. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **CNAE 2.1 Subclasses**. Disponível em: <<http://www.cnae.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25. Set. 2014.

LAGES, S. R. C. **Desafios do Empreendedorismo feminino**: Uma reflexão sobre as dificuldades das mulheres pobres na condução de projetos geradores de renda. Revista Estação Científica. Edição 00, Julho. Estácio: 2005. Online. Disponível em: <<http://portal.estacio.br/media/3346533/4-desafios-empreendedorismo-feminino-reflexao-dificuldades-mulheres-pobres-conducao-projetos-geradores-renda.pdf>> Acesso em 29. Set. 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. **Evolução do Salário Mínimo 1940 a 2014**. 2014a. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/>>. Acesso em 29. Set. 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS**. 2014b. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/>>. Acesso em 29. Set. 2014.

MONTE, P. A.; ARAUJO, T. P.; LIMA, R. A. **Inserção ocupacional e duração do desemprego nas regiões metropolitanas de Salvador e Recife**: primeiro emprego e reemprego. In: X ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 2005, Fortaleza. Online. Fortaleza, 2005. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Anais/docs/mesa8_texto1.pdf>. Acesso em: 05. Out. 2014.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**: A mais completa obra sobre o assunto já publicada no Brasil. 7. ed. São Paulo: Best Seller, 2001.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE - SC. **Critérios de classificação de empresas**: EI – ME – EPP. Online. Disponível em: <www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154>. Acesso em 21. Ago. 2014.

SEBRAE-ES. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE - ES. **Pesquisa**: Efetividade do Programa NOSSOCRÉDITO. SEBRAE: 2009.

SIQUEIRA, J.P.L.; ROCHA, J.S.L.; TELES, R. **Microempreendedorismo: Formalidade ou informalidade?** XVI SEMEAD. Seminários em Administração, 2013. Disponível em: <<http://semead6.tempsite.ws/16semead/resultado/trabalhosPDF/423.pdf>> Acesso em: 20 Out. 2014.

TEIXEIRA, Aníbal. **Geração de emprego e renda**: Estratégias para vencer o desemprego. Belo Horizonte: Instituto JK, 2002.

VERGARA, S.C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2011.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**: A revolução do microcrédito que ajudou os pobres de centenas de países. São Paulo: Ática, 2003.

ANEXO A – Representação da finalidade do crédito e atividade econômica das operações sobre o total geral

ATIVIDADE	FINALIDADE	QUANTIDADE DE OPERAÇÕES APROVADAS	% TOTAL GERAL	% SUBTOTAL
Comércio	Fixo	73	6%	9%
	Giro	722	59%	90%
	Misto	11	1%	1%
	Total	806	65%	100%
Produção	Fixo	26	2%	20%
	Giro	94	8%	74%
	Misto	7	1%	6%
	Total	127	10%	100%
Serviços	Fixo	94	8%	31%
	Giro	190	15%	64%
	Misto	15	1%	5%
	Total	299	24%	100%
Total geral		1.232	100%	

Fonte: BANDES/GECOR/ NUPEM, 2011-2013.

ANEXO B – Faixas de renda das operações de crédito aprovadas para a atividade de comércio

Renda (salários mínimos)	2011	2012	2013
0 a 1	0	0	37
1 a 2	1	5	46
2 a 3	9	16	48
3 a 5	30	66	69
5 a 7	47	103	49
7 a 10	53	59	27
10 a 15	42	37	17
15 a 20	20	14	0
20 a 30	2	7	0
mais de 30	2	3	0
Total	206	310	293

Fonte: BANDES/GECOR/ NUPEM, 2011-2013.

ANEXO C – Faixas de renda das operações de crédito aprovadas para a atividade de serviços

Renda (salários mínimos)	2011	2012	2013
0 a 1	0	0	8
1 a 2	0	1	15
2 a 3	5	4	14
3 a 5	9	33	20
5 a 7	23	27	12
7 a 10	24	32	18
10 a 15	13	16	10
15 a 20	5	3	1
20 a 30	3	3	0
Mais de 30	0	0	0
Total	82	119	98

Fonte: BANDES/GECOR/ NUPEM, 2011-2013.

ANEXO D – Faixas de renda das operações de crédito aprovadas para a atividade produtiva

Renda (salários mínimos)	2011	2012	2013
0 a 1	0	0	3
1 a 2	0	0	9
2 a 3	3	2	16
3 a 5	5	14	11
5 a 7	8	12	2
7 a 10	5	12	4
10 a 15	5	8	4
15 a 20	1	3	0
20 a 30	0	0	0
Mais de 30	0	0	0
Total	27	51	49

Fonte: BANDES/GECOR/ NUPEM, 2011-2013.

ANEXO E – Total de empresas classificadas por tipo e atividade ativas em Cariacica nos anos 2011-2013, exceto as da agricultura⁸

2013					
Tipo	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
Indústria	803	82	16	1	902
Comércio	1.980	372	28	23	2.403
Serviços	1.342	273	36	32	1.683
Total Geral	4.125	727	80	56	4.988

2012					
Tipo	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
Indústria	762	86	15	1	864
Comércio	1.979	370	25	24	2.398
Serviços	1.269	255	40	32	1.596
Total Geral	4.010	711	80	57	4.858

2011					
Tipo	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
Indústria	705	86	15	0	806
Comércio	1.899	368	28	26	2.321
Serviços	1.163	254	33	31	1.481
Total Geral	3.767	708	76	57	4.608

Fonte: MTE, 2014.

Nota: *A soma do Total Geral inclui a soma dos empregados do setor agropecuário, os quais não foram classificadas por não fazerem parte do alvo deste estudo.

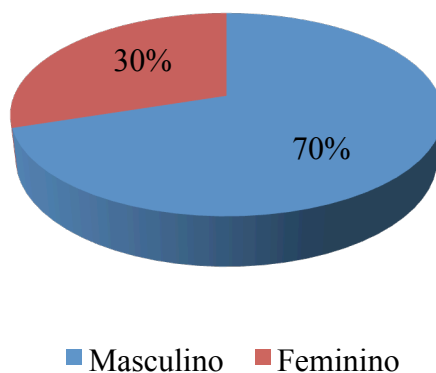
⁸ Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (SEBRAE – SC, 2014) quanto ao número de empregados, para a indústria, define a classificação das empresas do seguinte modo: Micro: com até 19 empregados; Pequena: de 20 a 99 empregados; Média: de 100 a 499 empregados; Grande: mais de 500 empregados. Enquanto para o comércio e serviços, a classificação é feita da seguinte forma: Micro: com até 9 empregados; Pequena: de 10 a 49 empregados; Média: de 50 a 99 empregados; Grande: a partir de 100 empregados.

ANEXO F – Total de empregados de acordo com o tipo e atividade e porte das empresas ativas em Cariacica nos anos 2011-2013, exceto as da agricultura⁹

2013					
Tipo	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
Indústria	3.631	3.186	3.050	633	10.500
Comércio	5.641	6.750	1.918	3.811	18.120
Serviços	3.586	5.781	2.324	15.305	26.996
Total	12.858	15.717	7.292	19.749	55.616
2012					
Tipo	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
Indústria	3.498	3.365	2.965	651	10.479
Comércio	5.672	6.820	1.689	4.263	18.444
Serviços	3.560	5.600	2.540	16.412	28.112
Total	12.730	15.785	7.194	21.326	57.035
2011					
Tipo	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
Indústria	3.387	3.407	2.762	0	9.556
Comércio	5.375	6.643	1.960	4.269	18.247
Serviços	3.167	5.462	2.215	14.856	25.700
Total	11.929	15.512	6.937	19.125	53.503

Fonte: MTE, 2014.

Nota: *A soma do Total Geral inclui a soma dos empregados do setor agropecuário, os quais não foram classificadas por não fazerem parte do alvo deste estudo.

ANEXO G – Proporção de atendimentos realizados à empreendedores de acordo com o gênero.

Fonte: CIAMPE, 2014.

⁹ Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (SEBRAE – SC, 2014) quanto ao número de empregados, para a indústria, define a classificação das empresas do seguinte modo: Micro: com até 19 empregados; Pequena: de 20 a 99 empregados; Média: de 100 a 499 empregados; Grande: mais de 500 empregados. Enquanto para o comércio e serviços, a classificação é feita da seguinte forma: Micro: com até 9 empregados; Pequena: de 10 a 49 empregados; Média: de 50 a 99 empregados; Grande: a partir de 100 empregados.

ANEXO H – Condições operacionais do programa NOSSOCRÉDITO.

Valores de financiamento ¹⁰	Taxa de juros
R\$ 200,00 a R\$ 3 mil	0,41% ao mês
R\$ 3 mil a R\$ 10 mil	0,9% ao mês
R\$ 10 mil a R\$ 20 mil	1% ao mês.

Quadro 1: Condições operacionais do NOSSOCRÉDITO.

FONTE: BANDES, 2014¹¹.

ANEXO I – Tipos e prazos de financiamento do programa NOSSOCRÉDITO.**

Tipos de investimento	Prazos para pagamento*
Investimento Capital de Giro (Giro)	24 meses
Investimento Fixo	30 meses

Quadro 2: Tipos e prazos de financiamento do NOSSOCRÉDITO.

FONTE: BANDES, 2014¹².

Nota: *Carência de até 3 meses, de acordo com a especificidade, já incluído no prazo total.

** Crédito sujeito a análise e enquadramento operacional.

ANEXO J – Tipos de garantias aceitas pelo programa NOSSOCRÉDITO.

Reais	Alienação fiduciária de 100% dos bens financiados
Pessoais	Aval de pessoa física sem restrições no SPC ou SERASA, podendo ser parente de primeiro grau desde que não resida na mesma casa e que comprove o rendimento líquido. Trinta por cento do rendimento líquido deve ser igual ou maior do que a prestação.

Quadro 2: Garantias aceitas pelo NOSSOCRÉDITO.

FONTE: BANDES, 2014¹³.

¹⁰ O financiamento é feito a pessoas (física ou jurídica) que tenham tido renda bruta menor que R\$ 240 mil no último ano. É preciso, também, apresentar avalista e ter o nome limpo no SERASA e no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). É necessário também que você tenha mais de seis meses de experiência na área, no setor formal ou informal, e resida no mesmo município há mais de dois anos. Se tiver um tempo de residência inferior a dois anos, deverá ter pelo menos o seu negócio estabelecido há mais de dois anos no local. Pessoas físicas ou jurídicas: de R\$ 200 até R\$ 7,5 mil para primeiro crédito. Até R\$ 15 mil a partir do segundo crédito para capital de giro e até R\$ 20 mil, a partir do segundo crédito, desde que para investimento fixo. Para cooperativas e associações legalizadas: de R\$ 200 (duzentos reais) até R\$ 25.000 (vinte e cinco mil reais), limitado ao máximo de R\$ 5.000 (cinco mil reais) por associado, se o total de sócios for menor que cinco.

¹¹ BANDES. Online. Disponível em < <http://www.bandes.com.br/Site/Dinamico/Show?id=87>>. Acesso em 03. Dez. 2014.

¹² BANDES. Online. Disponível em < <http://www.bandes.com.br/Site/Dinamico/Show?id=87>>. Acesso em 03. Dez. 2014.

¹³ BANDES. Online. Disponível em < <http://www.bandes.com.br/Site/Dinamico/Show?id=87>>. Acesso em 03. Dez. 2014.

ANEXO K – Documentos para adesão ao programa NOSSOCRÉDITO.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: 02 CÓPIAS SIMPLES DE CADA		
CLIENTES	AVALISTA	EMPRESA REGISTRADA
- RG E CPF; - COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA (CONTA DE ÁGUA, ENERGIA OU TELEFONE); - CERTIDÃO DE CASAMENTO;	- RG E CPF; - COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA (CONTA DE ÁGUA, ENERGIA OU TELEFONE); - COMPROVANTE DE RENDA (CONTRA CHEQUE, DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA OU BENEFÍCIO); - CERTIDÃO DE CASAMENTO; - RG E CPF DO CONJUGE.	- CNPJ; - INSCRIÇÃO ESTADUAL / MUNICIPAL; - CONTRATO SOCIAL.

Quadro 2: Documentos para adesão ao NOSSOCRÉDITO.

FONTE: BANDES, 2014¹⁴.

ANEXO L – Endereços das Agências do programa NOSSOCRÉDITO em Cariacica.

Agência Faça Fácil	Endereço: Avenida Aloisio Santos, Dentro da Central Faça Fácil em frente ao terminal de Campo Grande. Telefone: (27) 3636 0085 ou (27) 3636 0086. E-mail: nossocreditocariacica@yahoo.com.br
Agência CIAMPE	Endereço: Rodovia BR 262, KM 3,5, Trevo de Alto Lage. Telefone: (27) 3354-5109

Quadro 2: Endereços do NOSSOCRÉDITO em Cariacica.

FONTE: BANDES, 2014¹⁵.

¹⁴ BANDES. Online. Disponível em < <http://www.bandes.com.br/Site/Dinamico/Show?id=87>>. Acesso em 03. Dez. 2014.

¹⁵ BANDES. Online. Disponível em < <http://www.bandes.com.br/Site/Dinamico/Show?id=87>>. Acesso em 03. Dez. 2014.